



Despacho	Protocolo		
DESPACHO Recebido nesta data Registra-se, atue-se. Inclua-se em Pauta, para os efeitos do artigo do regimento interno. Saladas Sessões. 22 OUT 2025 PRESIDENTE	2	PROJE'	TO DE LEI /2025.
Autor: PODER EX	ECUTIVO – MENSAGE	CM N° 144	ų /2025 .

PROJETO DE LEI Nº

DE

DE

DE 2025.

Autor: Poder Executivo

Autoriza o Poder Executivo a alienar, na modalidade de venda direta, o imóvel que especifica ao Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso – SISMA/MT, e dá outras providências.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe os arts. 25. Inciso X, alínea "b", e 42 da Constituição Estadual, aprova e o Governador do Estado sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a alienar bem imóvel de sua propriedade, na modalidade de venda direta com dispensa de licitação, nos termos do art. 40, inciso VII, alínea "g", combinado com o § 4º do art. 67 da Lei nº 11.109, de 20 de abril de 2020, em favor do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso – SISMA/MT, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrito no CNPJ sob nº 03.094.349/0001-28.

4





- § 1º O imóvel a ser alienado fica localizado na Rua Antônio Dorileo, nº 469, Bairro Coophema, Cuiabá MT, com área total de 33.718,94 m² (trinta e três mil, setecentos e dezoito metros quadrados e noventa e quatro centésimos de metro quadrado), dos quais 2.613,42 m² (dois mil, seiscentos e treze metros quadrados e quarenta e dois centésimos de metro quadrado) correspondem à área construída, inscrito sob a matrícula nº 68.123, do Cartório do 5º Serviço Notarial e Registro de Imóveis de Cuiabá MT.
- **§ 2º** O imóvel objeto da alienação destina-se exclusivamente à manutenção do Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso SISMA/MT.
- Art. 2º O imóvel foi avaliado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão SEPLAG, conforme Laudo de Avaliação nº 030/2025, que aferiu o valor correspondente exclusivamente ao terreno em R\$ 9.704.565,00 (nove milhões, setecentos e quatro mil, quinhentos e sessenta e cinco reais), nos termos do § 4º do art. 67 da Lei nº 11.109/2020, conforme documentação acostada aos autos do Processo Administrativo SEPLAG-PRO-2025/08959.
- Art. 3º Fica definido que o Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso SISMA/MT pagará valor de entrada (sinal) correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do imóvel conforme avaliado pela SEPLAG, e pagará o saldo devedor em 120 (cento e vinte) parcelas mensais, na forma determinada no art. 9°-A, § 2°, inc. II, do Decreto nº. 703, de 20 de novembro de 2020.
- § 1º O valor do saldo devedor e das respectivas parcelas serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do período e, em caso de atraso, ficará sujeito à incidência de multa de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.
- § 2º A posse definitiva será conferida ao Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso SISMA/MT a partir da publicação do extrato do instrumento de alienação, permanecendo a propriedade sob condição resolutiva em favor do Estado de Mato Grosso até a quitação integral das obrigações financeiras assumidas, ocasião em que será autorizado o registro imobiliário definitivo.
- § 3º O descumprimento das obrigações assumidas, seja quanto ao pagamento ou à destinação do imóvel, poderá implicar na reversão automática do bem imóvel ao patrimônio do Estado de Mato Grosso.





Art. 4º Para a formalização da presente alienação, na modalidade de venda direta, fica desobrigada a realização do procedimento de dispensa de licitação de que trata o art. 40, inciso VII, alínea "g", da Lei nº 11.109, de 20 de abril de 2020.

Art. 5º Os recursos oriundos da venda do imóvel descrito no § 1º do art. 1º desta lei serão destinados para as despesas de capital do Poder Executivo do Estado de Mato Grosso, devendo ser revertidos à conta especial vinculada da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão.

Art. 6º Compete à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e à Procuradoria-Geral do Estado realizar as providências necessárias à efetivação da venda direta de que trata esta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá/MT, **15** de **outubro** de 2025. 204° da Independência e 137° da República.

MAURO MENDES

Governador do Estado





MENSAGEM N° 144, DE 15 DE OUTUBRO DE 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimos Senhores e Senhora Parlamentares,

No exercício da competência estabelecida no artigo 39, parágrafo único, inciso II, alínea "d", da Constituição do Estado de Mato Grosso, tenho a honra de me dirigir a Vossas Excelências para submeter à apreciação desta Casa de Leis, o Projeto de Lei anexo, que "Autoriza o Poder Executivo a alienar, na modalidade de venda direta, o imóvel que especifica ao Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso – SISMA/MT, e dá outras providências".

O presente projeto de lei autoriza o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso a alienar, mediante venda direta e com dispensa de licitação, imóvel de domínio estadual localizado no município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, com a finalidade de regularizar sua ocupação, pelo Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso – SISMA/MT.

A medida encontra respaldo legal nos arts. 40, inciso VII, alínea "g", e 67 da Lei nº 11.109, de 20 de abril de 2020, com redação dada pela Lei nº 12.824, de 24 de março de 2025, que estabelecem a possibilidade de alienação direta de imóveis públicos ocupados por entidades sem fins lucrativos, desde que atendidos os requisitos legais.

Tais requisitos foram devidamente preenchidos nos autos do processo administrativo SEPLAG-PRO-2025/08959, conforme atestado pela Procuradoria Geral do Estado no Parecer nº 549/SGACI/2025, que reconheceu a viabilidade da alienação do imóvel público estadual ocupado pelo SISMA/MT mediante venda direta, dispensada a licitação, nos termos da legislação vigente, tendo em vista o atendimento dos seguintes requisitos: natureza de bem dominical; interesse público devidamente justificado na regularização da ocupação; avaliação prévia do imóvel com base no valor de mercado; e o cumprimento, por parte do ocupante, das condições legais relativas ao prazo de ocupação e às benfeitorias autorizadas.

A Constituição do Estado de Mato Grosso, em seu art. 25, inciso X, alínea "b", estabelece que compete à Assembleia Legislativa autorizar a alienação de bens imóveis públicos por venda direta. Assim, a ausência de lei autorizativa constitui, no momento, o único impedimento formal à continuidade dos atos administrativos necessários

Página 2 de 6



SSL Fis. OG Rub. FER.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO

à formalização da venda direta do imóvel, a fim de viabilizar a regularização jurídica da ocupação e a transferência do imóvel à entidade proponente, nos termos da legislação vigente.

Essas são as razões que me conduzem a submeter o presente projeto de lei à apreciação desta Casa Legislativa, contando, como de costume, com a colaboração de Vossas Excelências para sua célere aprovação.

Palácio Paiaguás, em Cuiabá, 15 de outubro de 2025.

MAURO MENDES
Governador do Estado



18



OFÍCIO/GG/ 145 /2025-SAD.

Cuiabá, 15 de outubro de 2025.

LIDO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual **MAX RUSSI**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso Edificio Governador "Dante Martins de Oliveira"

Nesta.

do de Mato Grosso Secretário

Senhor Presidente,

Submeto à qualificada apreciação dessa Augusta Assembleia Legislativa a MENSAGEM Nº 144 /2025, acompanhada do respectivo Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a alienar, na modalidade de venda direta, o imóvel que especifica ao Sindicato dos Servidores Públicos da Saúde do Estado de Mato Grosso – SISMA/MT, e dá outras providências".

Atenciosamente,

MAURO MENDES

Governador do Estado

Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso

PRESIDÊNCIA

PROTOCOLO Recebi em: 15/10/25 Horário: 15/4/4

Ass: nayara Bulho